



Advogado apanhado em flagrante com dinheiro de corrupção

Detido pela PJ no próprio escritório, só foi libertado após pagar 200 mil de caução

Carlos Varela
carlos.varela@jn.pt

UM CONHECIDO advogado de Lisboa foi detido pela Unidade de Combate à Corrupção (UNCC) da PJ, momentos depois de receber vinte mil euros de suborno, um suposto pagamento para tirar um imóvel de uma massa falida, gerida por este causídico, nomeado pelo tribunal como administrador de insolvência.

O advogado em causa, Rui Lacerda Coimbra, ficou ainda com um Ferrari e um Mercedes apreendidos, assim como com 280 mil euros em dinheiro, na sequência da operação policial da UNCC.

Presente ontem ao Tribunal Criminal de Lisboa, só saiu em liberdade com o pagamento de uma caução de 200 mil euros, não obstante o Ministério Público ter pedido a prisão preventiva, considerando que estavam “reunidos os pressupostos legais” para a medida de coação máxima, segundo comunicado da Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa (PGDL).

O causídico estava a ser investigado há pelo menos três meses, no âmbito de um inquérito que corria no DIAP de



PEDRO ROCHA / GLOBAL IMAGENS

Tribunal obrigou advogado a pagar caução para sair em liberdade

PORMENORES

Proibições

Além do pagamento da caução de 200 mil euros, o causídico ficou proibido de ter contactos com outros envolvidos no processo, assim como de exercer a função de administrador judicial.

Pagar à leiloeira

O negócio ilícito e associado a corrupção previa também o pagamento de cinco por cento à leiloeira que teria o encargo de venda do imóvel em causa.

Juíza acompanhou busca

Uma juíza do Tribunal Criminal de Lisboa acompanhou a busca ao escritório, assim como outras realizadas. Os vinte mil euros de suborno ainda estavam no escritório do causídico.

Lisboa. A UNCC estava a investigar o causídico na suspeita de que ele receberia dinheiro para “facilitar” processos de insolvência, o que entrava no campo da corrupção passiva, uma vez que a condição de administração judicial existia por determinação judicial.

A PJ incidiu a sua atenção num caso em que Rui Lacerda Coimbra foi nomeado administrador judicial, num processo de insolvência com massa falida pelo Tribunal de Comércio de Lisboa.

O causídico chegou a acordo com o advogado dos credores para dar uma “resolução rápida”, em troca dos 20 mil euros, um pagamento a ser realizado no seu escritório nas Avenidas Novas, em Lisboa. Mas a PJ vigiava o negócio e, momentos depois da entrega do dinheiro, entrou no escritório e deteve Rui Lacerda Coimbra. ●